

**Banimentos, visitas e comemorações: memórias da realeza na Primeira República
(1889-1925).**

Luciana Pessanha Fagundes*

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo analisar o diálogo da Primeira República brasileira com seu passado monárquico através de eventos específicos, como as discussões no Congresso Nacional sobre a revogação do banimento da família imperial, as visitas de membros da realeza portuguesa e belga ao Brasil, o traslado dos despojos imperiais para o Brasil em 1921 e as comemorações do centenário do nascimento de D.Pedro II. O estudo em conjunto de tais eventos possibilita se pensar movimentos de construção e desconstrução que permeiam as memórias relativas à figura de D.Pedro II e ao Império brasileiro. Ressaltando, desta forma, que a posterior inauguração de um mausoléu e de um museu dedicados à comemoração do passado monárquico brasileiro não remetem apenas às alterações na política cultural do governo identificadas no Estado Novo, mas englobam também uma série de conflitos de identidade perceptíveis em momentos chave da Primeira República.

Palavras-chave: Memória - Primeira República –Comemorações

Abstract: The following presentation intends to analyze the dialogue between the First Brazilian republic and her monarchy past through some specific events, as the discussions in National Congress about the lift of the banishment of the imperial family, the visit of members of the Portuguese and Belgium royalty to Brazil, the translation of the imperial remains to Brazil in 1921 e the commemorations of the centenary of the birth of D.Pedro II. The study all together of these events makes possible to think movements of construction and deconstruction that are present in the memories of D.Pedro II and the Imperial Brazil. Therefore, the inauguration of a mausoleum and a museum dedicated to commemorate the Brazilian monarchy past are not related only to changes in the political cultural of Estado Novo, but can be seen in a series of identity conflicts in some key moments of the First Republic.

Key-words: Memory – First Republic - Celebrations

* Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais e bolsista da FAPERJ.

No dia 15 de novembro de 1889, um grupo de militares proclamava a República no único país da América ainda governado por uma testa coroada¹. A mensagem confirmando a queda da monarquia foi entregue a D.Pedro II no dia seguinte, 16 de novembro, e intimava a família imperial a sair do país. O embarque, previsto para o dia 17, é antecipado pelo Governo Provisório, ao invés de realizar-se à tarde deveria ocorrer logo nas primeiras horas do dia, com o objetivo de evitar manifestações populares contra ou a favor da Monarquia (CARVALHO, 2007: 219), e assim se fez.

No intuito de garantir as necessidades do estabelecimento da família imperial no exterior, o Governo Provisório lhe concede, através de um decreto do dia 16 de novembro, a quantia de cinco mil contos de réis. Contudo, cerca de trinta dias depois o mesmo governo bania do território brasileiro D.Pedro de Alcântara e sua família, proibindo-lhes de possuir imóveis no Brasil², com a obrigação de liquidar no prazo de 2 anos os bens dessa espécie que aqui possuíam, e, extinguindo as dotações do ex-imperador e sua família.

Qual fato novo justificava tal pena? Uma alusão à rejeição por parte de D.Pedro do subsídio de 5 mil contos, que lhe foi oferecido pelo Governo Provisório, seria considerado um motivo (SCHWARCZ, 1999: 468), fato apontado pelo deputado do Mato Grosso, Caetano de Albuquerque, ao discursar no Congresso em defesa de seu projeto que já nos idos de 1891 previa a revogação do decreto do banimento da família imperial. Em defesa do imperador, Caetano de Albuquerque observou que D.Pedro recusou os 5.000:0000\$ contos, porque essa importância saía dos cofres do Estado por um “ato de ditadura”, assim “Se ele (D.Pedro II) não reconhecia o governo formado em 15 de novembro, como podia considerar legal um acto praticado por esse governo?” (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925).

Todavia, uma explicação mais recorrente para tal ato do Governo Provisório remete a problemas com a segurança nacional e à necessidade de “assegurar a ordem pública, evitando perturbações”³. Perturbações essas presentes também nos governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Morais⁴.

¹ Sobre a participação militar no golpe republicano, aponta Celso Castro, deve-se reconhecer que abarcou apenas um grupo pequeno e muito específico de militares, encontrando-se assim ausentes da conspiração e do golpe contra a Monarquia grande parte dos praças e oficiais superiores tanto da Marinha quanto do Exército (CASTRO, 1995: 9).

² O decreto é expedido em 21 de dezembro de 1889.

³ Tal justificativa é colocada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto que pedia a transladação dos restos mortais do Imperador e que foi apresentado posteriormente no Congresso

O discurso do deputado do Mato Grosso ocorria em agosto de 1891, no caos dos primeiros anos republicanos, no momento em que o novo regime precisava lidar com o vazio institucional deixado pela queda da Monarquia (LESSA, 1998: 46). Na ânsia de constituir rapidamente um novo regime, as decisões tomadas pelo Governo Provisório, que durante algum tempo concentrou em suas mãos os poderes Executivo e Legislativo, não foram examinadas pelos constituintes, ou seja, não foram alvo de aprovação ou veto. Uma dessas ações foi justamente o decreto que bania a família imperial.

O citado projeto do deputado Caetano de Albuquerque foi rapidamente retirado da pauta de discussões, todavia, seria apenas o primeiro de uma série de projetos, em prol da revogação do banimento e da transladação dos despojos imperiais, que deixariam suas marcas em praticamente todas as décadas republicanas até 1920, quando tal decreto finalmente é revogado.

Em 1906, no último ano do governo de Rodrigues Alves, outro projeto com uma “roupagem” diferente é apresentado no Senado por Coelho Lisboa. Não requeria a revogação do banimento, mas a transladação dos despojos imperiais para o Brasil e a construção de um *Pantheon* para alocá-los. Um parecer da Comissão de Constituição e Justiça contrário ao projeto impossibilita sua aprovação. Uma nova proposta é apresentada seis anos depois pelo deputado Mauricio de Lacerda e incorporava novamente a demanda pela revogação do banimento, sem a requisição, contudo, para a construção do *Pantheon*. Tal projeto consegue uma pequena vitória, pois, ao final das discussões ficou assentado que os restos mortais do ex-imperador seriam trazidos para o país a bordo de navio da esquadra nacional, não indicando, todavia, quando tal ato seria realizado (*Diário do Congresso Nacional*. 23 de julho de 1912).

O último projeto apresentado requerendo a revogação do banimento é o do deputado mineiro Francisco Valladares em dezembro de 1919, já no governo do recém eleito presidente Epitácio Pessoa. O projeto, contudo, foi alvo de poucas atenções na Câmara e acabou arquivado, mas retornaria ao pleito após a mensagem do presidente

Nacional (1906) pelo senador Coelho Lisboa. Como exemplo de perturbação da ordem, o parecer faz referência aos soldados do 2º Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro que se revoltaram em nome do Imperador em 18 de dezembro de 1889. A revogação do banimento e a transladação dos restos mortais dos ex-imperadores. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Op.cit.* Sobre tal rebelião ver: JANOTTI, 1986: 21 e CASTRO, C. *Op.cit.*: 193.

⁴ Faço referência à atuação do movimento monarquista e ao medo de uma restauração que são colocados em relevo, especialmente, durante algumas das revoltas que permearam os governos de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, como as Revoltas da Armada e Federalista, e o combate ao arraial de Canudos, visto como um reduto monarquista. Sobre as agitações compreendidas neste período ver: QUEIROZ, 1986; HERMANN, 1996; FLORES, 2003.

Epitácio Pessoa na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em maio de 1920, onde traz à tona a questão do traslado dos despojos imperiais (*Diário do Congresso Nacional*; 4 de maio de 1920).

Para um regime que teve dificuldades de se legitimar, o ato de banimento da família imperial, que pretendia solucionar um problema, gerou outro, ao criar oportunidades para a discussão desse passado, ressaltando questões presentes nas próprias origens da República brasileira. Desta forma, as discussões desencadeadas em torno dos projetos não consistiriam nas únicas “portas de entrada” para esse passado monárquico no presente republicano, outros momentos também se mostraram propícios. Refiro-me às visitas de personagens da realeza ao Brasil, são elas: a visita de D.Luiz, filho da princesa Isabel com Conde d’Eu; a visita do rei português D.Carlos e a visita dos reis da Bélgica, Alberto I e Elisabeth.

A visita mais polêmica e singular seria de longe a de D. Luiz, que embarca em direção ao Brasil no início de 1907, chegando ao Rio de Janeiro em maio do mesmo ano. Alegando conveniências de segurança pública o governo brasileiro não consentiu seu desembarque tanto na Capital Federal quanto em Santos (segunda e última parada de seu navio antes de seguir viagem em direção a Argentina). Contudo, tal ato do governo brasileiro não deixou de reacender as discussões sobre o banimento imperial, menos de um ano após a discussão do projeto de Coelho Lisboa no Senado, ocasionando pronunciamentos calorosos sobre o assunto como os de Francisco Glicério e Ruy Barbosa. A tentativa frustrada do príncipe não seria seguida de outras⁵, somente em 1921 a família imperial retornaria ao Brasil, representada na figura do pai de D.Luiz, Conde d’Eu.

No mesmo ano (1907) em que se discutia a entrada ou não de D.Luiz no Brasil, iniciaram-se os preparativos para a visita de outro membro da realeza: o rei de Portugal, D.Carlos. Sua visita era planejada para ocorrer em 1908, juntamente com as comemorações do Centenário da Abertura dos Portos, para a qual se organizava uma grande exposição, uma “versão tropical” das grandes exposições universais de meados do século XIX, a primeira mostra deste gênero realizada no período republicano. (ABREU, 1996: 104-106).

Já em março de 1907, o jornal *O Paiz* noticiava a intenção do rei português de vir ao Brasil (*O Paiz*, Rio de Janeiro; 09 de março de 1907). A monarquia portuguesa,

⁵ D. Luiz faleceu no início de 1920 antes de voltar a pisar no solo brasileiro, como havia desejado em sua viagem à América do Sul.

todavia, experimentava um momento político delicado; os dois principais partidos portugueses do momento haviam passado por divisões internas e o debate parlamentar acirrou os ânimos contra a monarquia. Em fevereiro de 1908, D. Carlos foi assassinado, gerando enorme instabilidade de governo, com a sucessão de vários gabinetes até 1910 quando é proclamada a República em Portugal⁶. A visita da realeza portuguesa não mais ocorreria, ficaram, no entanto, registrados os esforços da República brasileira empreendidos para tal recepção. Após cerca de uma década, uma nova visita é planejada e organizada, sendo que, desta vez, nenhum imprevisto impediria a realeza, personificada na figura do rei belga Alberto I e da rainha Elisabeth, de visitar o Brasil.

Convidados pelo então presidente Epitácio Pessoa, os soberanos da Bélgica, Alberto I e Elisabeth chegaram à cidade do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1920, onde permaneceram até o dia 28 de setembro, quando partiram para o interior do estado e visitaram as cidades de Petrópolis e Teresópolis; foram também recebidos nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Voltando para a cidade do Rio de Janeiro no dia 13 outubro, os soberanos partiriam para a Bélgica no dia 16 do mesmo mês.

O momento da organização das várias festas celebradas em homenagem aos soberanos belgas traz à tona uma série de questões, sendo a principal referente à preparação da República brasileira para a recepção da realeza. Os preparativos para a recepção do rei belga remontam em vários momentos a do rei português, sendo o melhor exemplo a concessão de crédito ilimitado ao Poder Executivo para a organização dos preparativos. Um ponto que também merece atenção está na própria atuação do Ministério das Relações Exteriores, encarregado de organizar as duas visitas, e na forma como era visto em diferentes momentos pela sociedade, em um primeiro momento tendo a frente o prestigioso Barão de Rio Branco e em outro, a figura mais inexpressiva do ministro Azevedo Marques.

Em relação às três visitas, observa-se ainda que a visita não planejada de D. Luiz, além de ocorrer menos de um ano após a rejeição do projeto de Coelho Lisboa que requeria o traslado dos despojos imperiais, coincide com o início dos preparativos para a visita do rei português. Enquanto que a visita belga, mais de uma década depois, se realizaria logo após a revogação do banimento da família imperial.

⁶ A proclamação da República em Portugal foi recebida com desagrado no plano internacional, seja pelo fato do regicídio ter sido atribuído aos republicanos, ou pelo prestígio que gozava a família real portuguesa. O Brasil prontamente reconheceu o novo regime sem aguardar as decisões das outras potências. Sobre o assassinado de D. Carlos e a implantação da República portuguesa ver: MARTÍNEZ, 2001.

Nesse sentido, a iniciativa do presidente Epitácio Pessoa de defender, em sua mensagem ao Congresso Nacional, o traslado dos despojos mortais do imperador e da imperatriz ficou marcada como um grande passo na reaproximação da República com o antigo regime, onde o presidente aponta a proximidade do Centenário da Independência como uma “oportunidade feliz” para se realizar este “ato de elevação moral” (*Diário do Congresso Nacional*; 4 de maio de 1920).

Assim, o couraçado *São Paulo*, que parte para a Europa em outubro de 1920 com os soberanos belgas, retorna em 1921 com os despojos mortais do imperador D.Pedro II e da imperatriz Thereza Cristina. O cortejo formado da Praça Mauá até antiga Catedral Metropolitana foi acompanhado por uma multidão que ocupou as ruas da Capital Federal, e em nada se assemelhou ao cortejo formado quando do embarque de D.Pedro II para o exílio.

O discurso empolgante que permeia o processo de revogação do banimento em 1920 e o recebimento dos despojos em 1921 deve, todavia, ser visto com muito cuidado se colocarmos em pauta a polêmica que surgiria em 1925 em torno do projeto do deputado Wanderley Pinho para as comemorações do Centenário do Nascimento de D.Pedro II. Tal projeto requeria que fosse considerado feriado nacional o dia 02 de dezembro, consagrado à comemoração do centenário e que o Poder Executivo providenciasse a inauguração na mesma data de um mausoléu destinado a recolher os restos mortais do imperador e da imperatriz (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1925). O mausoléu, que já estava previsto no próprio decreto que revogava o banimento, era novamente reivindicado. O projeto de Wanderley Pinho não seria aprovado a tempo para as comemorações. Transladados os restos mortais dos imperadores para Petrópolis em 1925, estes esperariam ainda algum tempo por um mausoléu dedicado a sua memória.

Em relação às recepções dos despojos tanto no Rio de Janeiro, quanto em Petrópolis, e as comemorações do Centenário do Nascimento de D.Pedro II, cabe observar a marcante atuação do IHGB em tais momentos, grande organizador por trás desses eventos, levantando questionamentos sobre como o governo toma parte nestas comemorações. Nesse sentido, o fato do mausoléu ter sido inaugurado quase vinte anos após o decreto que previa sua construção aponta a fragilidade de um projeto político capaz de celebrar essa memória. O mausoléu seria inaugurado apenas em 1939, pelo presidente Getúlio Vargas sob a égide do Estado Novo.

Considerações Finais

Qual a relação do mausoléu e do Museu Imperial com os projetos de revogação do banimento, centenários de nascimento e visitas da realeza? A relação está no fato desses eventos girarem em torno de figuras da realeza, de seus rituais e tradições, que ainda não foram alvo de um estudo em conjunto, ou seja, de um trabalho que congregue todos esses eventos, estendendo-se além dos marcos temporais clássicos da historiografia⁷.

Os dilemas da República brasileira em lidar com esse passado monárquico remontam as formas com as quais esta procurou se legitimar, esforçando-se para estabelecer uma tradição republicana que não foi bem sucedida, possibilitando a permanência de uma série de tradições e rituais, ou melhor, de memórias da realeza que ainda fascinavam, com seus personagens ainda muito presentes. Dentro dessa impossibilidade de se desvincular a esse passado, o diálogo com a mesma é permeado de solavancos. Nos projetos para a revogação vemos que há uma “quebra” entre o primeiro projeto apresentado em 1891 e os outros que se seguiram, ao apresentar um discurso muito mais agressivo para referir-se ao decreto do banimento da família imperial, enquanto que nos projetos subsequentes, tal ato aparece já justificado como necessário devido à instabilidade do momento. Contudo, percebe-se no mote por trás desses projetos a freqüente necessidade da sociedade de se religar a este passado, e reintegrar seu personagem principal, D. Pedro II ao seu panteão de heróis.

Em relação à preparação da República para a recepção da realeza, percebe-se nesse sentido diferentes memórias da realeza que se apresentam de formas totalmente variadas. A própria figura de D. Luiz é revista positivamente em 1920, após a sua morte; enquanto que a visita mal-sucedida de D. Carlos é lembrada através da visita da realeza belga. A recepção da realeza belga em 1920 é fundamental para influenciar na construção dessas memórias, bem como, marca um momento de flexibilização em relação à monarquia brasileira, momento em que se percebe os maiores avanços desse campo, com a recepção dos despojos imperiais. Um movimento, todavia, que não conta

⁷ Faço referência a tendência da historiografia brasileira de enfatizar as rupturas, onde os acontecimentos revolucionários assinalariam um novo tempo, amenizando as linhas de continuidade de nossa história. Nesse sentido, a Primeira República é colocada como um todo homogêneo, cujas características foram obscurecidas pelo movimento revolucionário de 1930. Como referência ver: FERREIRA; GOMES, 1989: 244-280; BORGES, 2005.

ainda com a atuação incisiva por parte do governo federal, esta ficaria restrita praticamente ao governo de Epitácio Pessoa.

Enfim, é a partir de uma nova percepção das relações entre Estado e sociedade que realiza-se a consagração do rei e do regime, de suas memórias e tradições. A compreensão das realizações efetivadas por Vargas, não remetem apenas às alterações na política cultural do governo, mas também englobam todas essas construções e desconstruções perceptíveis em momentos chave da Primeira República.

Bibliografia

ABREU, R. *A Fabricação do Imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

BORGES, V.L.B. *Morte na República. Os últimos anos de Pinheiro Machado e política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

CARVALHO, J.C. *A formação das almas. 7ª reimpressão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FAGUNDES, L. P. *Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007 (dissertação de Mestrado).

FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1)

FERREIRA, M.M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n,11, 1993.p.9-23.

FREITAS, M.C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, L.M.P. A Primeira República e as representações de D.Pedro II. In: MACHADO, M. C. T. (Org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

HERMANN, J. Canudos destruído em nome da República. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, n.o.3, 1996, p.81-105.

JANOTTI, M. L. M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LESSA, R. *Invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

MALATIAN, T. O Retorno do César Caricato. In: BRESCIANI, M. Stella (org.). *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992.

MARTÍNEZ, S. *A República portuguesa e as relações internacionais (1910-1926)*. Editorial VERBO, 2001.

MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

NEVES, M.S. *As Vitrines do Progresso*. Rio de Janeiro: PUC/RIO, 1986.

OLIVEIRA, L.L.;VELLOSO, M.P; GOMES, A.M.C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, L. L. *As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172-189.

_____ *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, S.R.R. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasilense, 1986.

SANDES, N.F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiana: Ed.da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, MS. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, IPHAN, DEMU, 2006

SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, E. A República comemora o Império: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, v.1, n.º 2, p.104, jan/abr.1986.

VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do 'café com leite'*. Belo Horizonte: C/A, 2001.

WILLIAMS, D. *Making Brazil Modern: Political culture and cultural politics under Getúlio Vargas, 1930-1945*. Stanford University: 1995 (Tese de Doutorado).